



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43300020100

Código da Natureza Jurídica

2038

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



RS2201900080595

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	006			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

PORTO ALEGRE
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 Maio 2019
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5041668 em 23/05/2019 da Empresa PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Nire 43300020100 e protocolo 191722979 - 17/05/2019. Autenticação: CE9B1CAEBAEDB4153639DC8E348A425C23C782. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/172.297-9 e o código de segurança AQ7M Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL



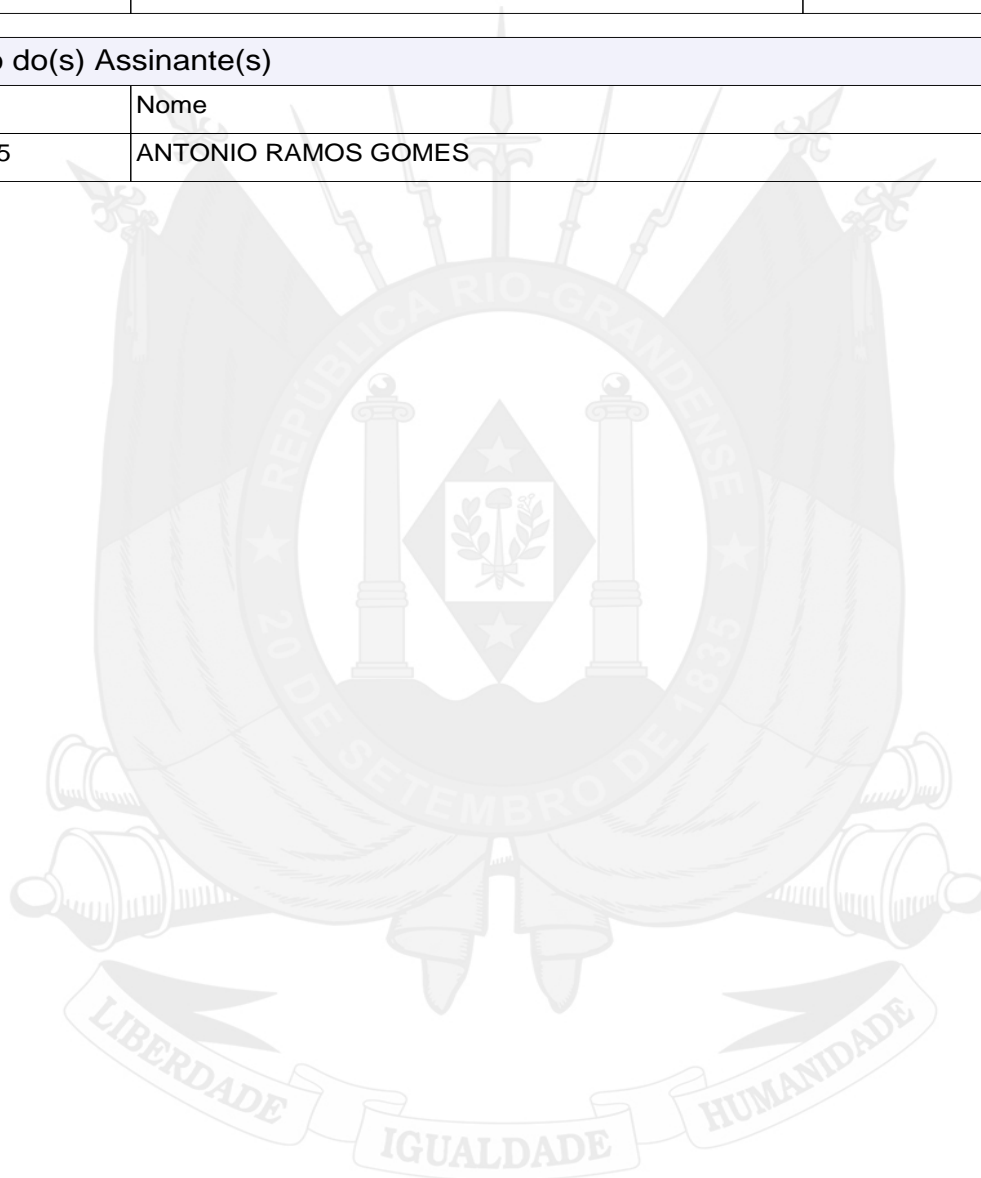
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/172.297-9	RS2201900080595	02/05/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N.º 116

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei n.º 6.404/76)

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, na sede social da **PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situada na Praça dos Açorianos s/n.º, 3º andar, na Sala do Conselho, Bairro Centro Histórico, em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul. **2 - PRESENCAS:** Conforme Livro de Presença de Acionistas, folha n.º 34, estiveram presentes a Excelentíssima Senhora Secretária Adjunta de Governança e Gestão Estratégica, **Izabel Christina Cotta Matte**, representante do Estado do Rio Grande do Sul, *Ad Referendum* do Secretário de Estado de Governança e Gestão Estratégica, Senhor **Claudio Leite Gastal**; o Sr. **Jorge Luiz Costa Melo**, representante da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento; o Sr. **José Guilherme Kliemann**, representante do IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **Jaime Vicente Borin**, representante da OI S.A., totalizando 100% (cem por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, a presente Assembleia Geral Ordinária. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidindo os trabalhos, a Excelentíssima Senhora **Izabel Christina Cotta Matte**, Secretária Adjunta de Governança e Gestão Estratégica, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário e, como secretário, o Sr. **Antonio Ramos Gomes**. **4 - DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Face à presença da totalidade dos representantes dos acionistas, em conformidade com o disposto no art. 124, § 4º, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, estão dispensadas as formalidades das publicações legais de convocação para a presente Assembleia Geral Ordinária. **5 - ORDEM DO DIA:** a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2018; b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2018 e a distribuição de dividendos; c) Outros assuntos de interesse da Companhia. **6 - DELIBERAÇÕES:** Registrada a abstenção das decisões por parte da OI S.A, foi deliberado pelos acionistas o seguinte: **a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2018:** A Assembleia de Acionistas aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. **b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2018 e a distribuição de**

dividendos: Tendo em vista que o resultado apurado no exercício de 2018 apresentou um prejuízo contábil de R\$ 5.200.554,18 (Cinco milhões, duzentos mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos) e registrado no Patrimônio Líquido, o prejuízo acumulado de R\$ 98.817.722.53 (Noventa e oito milhões, oitocentos e dezessete mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos) devidamente compensado com Reserva de Lucros, conforme legislação e desta forma impossibilitando qualquer destinação. Não foi constituído provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função do prejuízo fiscal apresentado, quando da apuração do lucro real.

c) Em outros assuntos de interesse da Companhia: Nada foi deliberado. **7- ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por finda a Assembleia, tendo eu Secretário, redigido, e feito lavar a presente Ata, na forma sumária, autorizada pelo § 1º, do art. 130, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos os presentes aprovada e assinada, extraindo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.

Izabel Christina Cotta Matte
Estado do Rio Grande do Sul

Claudio Leite Gastal
Estado do Rio Grande do Sul

Jorge Luiz Costa Melo
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

José Guilherme Kliemann
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Jaime Vicente Borin
OI S.A.

Antonio Ramos Gomes
Secretário

Pedro Ruthschilling
OAB/RS n.º 11.906





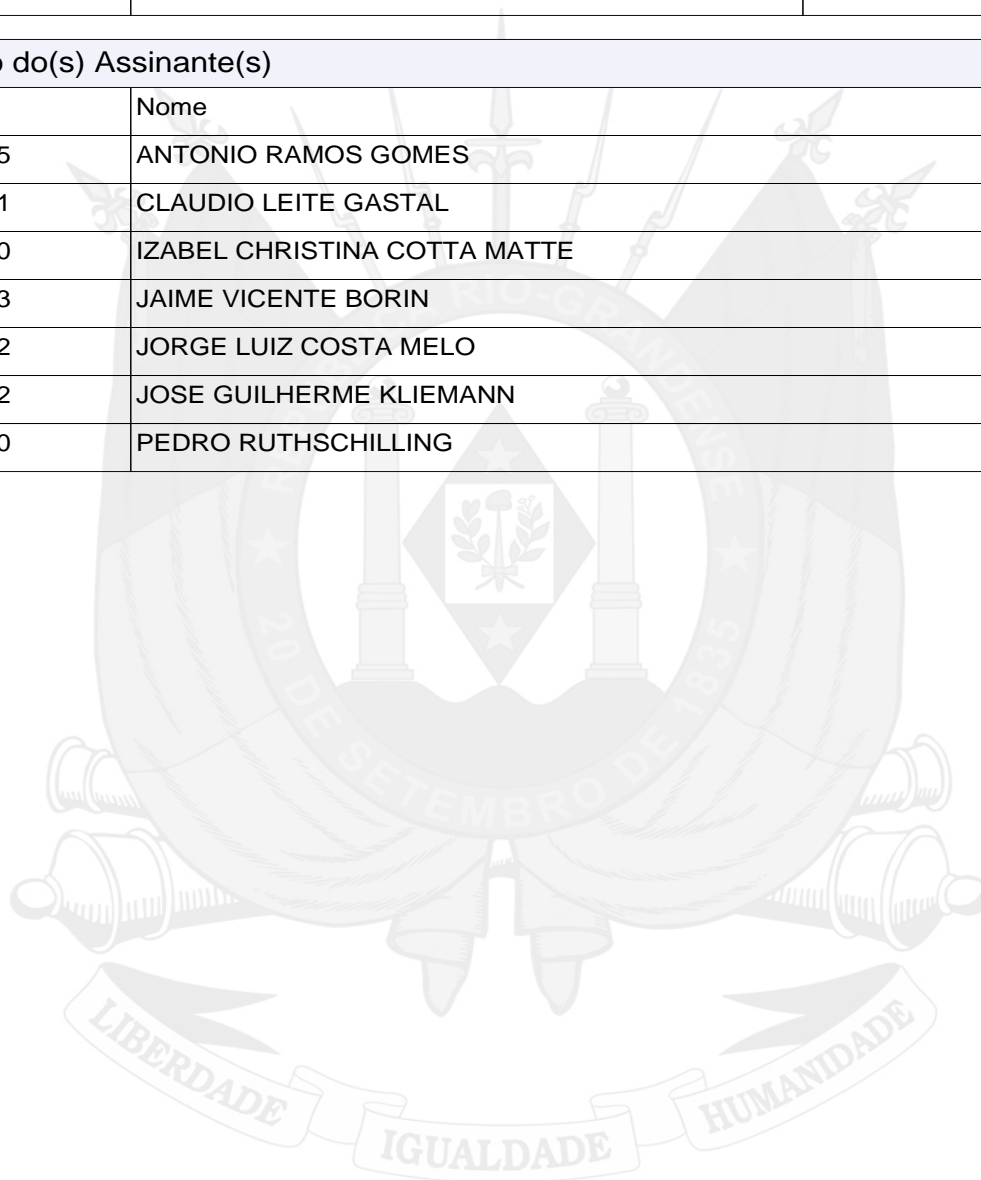
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/172.297-9	RS2201900080595	02/05/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES
348.915.870-91	CLAUDIO LEITE GASTAL
727.637.010-00	IZABEL CHRISTINA COTTA MATTE
368.401.300-53	JAIME VICENTE BORIN
149.304.120-72	JORGE LUIZ COSTA MELO
551.155.940-72	JOSE GUILHERME KLIEMANN
199.788.390-20	PEDRO RUTHSCHILLING



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



PROCEGRS

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional
A PROCEGRS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual nº 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria, suas atividades concentram-se, basicamente, na execução dos serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado à gestão da administração pública, outras formas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam aproximadamente 7% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário
A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com abrangência aos preceitos do Art. 177, Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efeitos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009).

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis
(a) Disponibilizações
São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilizações de caixa, uma aplicação financeira do convertível imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um significativo risco de mudança no valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, só qualifica como disponível quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Abaixo quadro por segmento.

Table with columns: Grupo, 2018, 2017, 2018, 2017. Rows include Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, Totais, and breakdowns by market type for 2018 and 2017.

(e) Provisão para Crédito Liquidado Dúvidosa
Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da Iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCEGRS não seja contratadora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(f) Estoque de Material
Esses ativos estão registrados no custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(g) Depósitos Judiciais
Esses depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(h) Imobilizado
Esses ativos estão registrados no custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(i) Bens de Terceiros
São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria de Fazenda do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(j) Passivo Circulante e Não Circulante
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ascizados, quando aplicável, dos correspondentes encargos a variações monetárias incorridas.

(k) Outras Obrigações
Nestas item registra-se as dívidas de contratos recebidas pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Bancos e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(l) Resultado do Exercício
O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$335.650.805,95 apresentando um crescimento nominal de R\$34.087.167,89 (11,3%) em relação ao exercício de 2017. O prejuízo do Exercício foi de R\$5.200.554,18 demonstrando um decréscimo em seu prejuízo nominal de R\$383.563,20, representando 6,87% em relação ao prejuízo apurado no exercício de 2017. Entre os fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício está o aumento da receita operacional em decorrência do serviço assumido pela Companhia de "Publicação no Diário Oficial do Estado" no final de 2017, tendo uma receita nominal exercido de R\$1.476.470,39, mas que em 2018 totalizou o valor de R\$24.936.425,54 e pela contabilização do refinoramento do custo de serviços prestados e que não foram faturados no exercício.

Table with columns: Discriminação, Custo, Depreciação Acumulada, Líquido, Depreciação Anual. Rows include Termino, Imóveis, Equip. de Produção, Equip. de Apoio, Bens de Terceiros, Imob. em andamento.

Table with columns: Discriminação, Custo, Amortização Acumulada, Líquido, Amortização Anual. Rows include Programável de Computador, Gráfico Liso Telefone, Outros.

7. Patrimônio Líquido
(a) Capital Social
O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$115.319.287,84, representado por 524.178.240 ações ordinárias, nominativas, em valor nominal, com a seguinte composição:

Table with columns: Discriminação, Tipo, Quantidade, %
Rows include PROCEGRS - Companhia Administradora do Saneamento, PROCEGRS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, etc.

(b) Prejuízo Acumulado
O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Table with columns: Discriminação, 2018, 01/01/2018, 2017, 01/01/2017. Rows include Resultado do Exercício no Demonstrativo do Resultado Líquido, Ajustes (Prejuízo) (R\$), Ajustes (Lucros) (R\$), etc.

8. Outras Informações
(a) Coberturas de Seguros
A Companhia mantém o coberto de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos. Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data do encerramento do exercício social:

Table with columns: Objeto, Modalidade, Valor Segurado. Rows include Prédios, equipamentos, móveis e utensílios, Veículos, Seguro de Vida em Grupo.

9. Informações Complementares
(a) Provisões Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(b) Provisões para Contingências
A Companhia possui contingências trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(c) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(d) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(e) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(f) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(g) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(h) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(i) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(j) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(k) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(l) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(m) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(n) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(o) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(p) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(q) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(r) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(s) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(t) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

(u) Provisões para Antecipadas
A Companhia mantém provisões em áreas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia.

PROCERGS

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS
CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em Reais)

das Demonstrações Contábeis, por sua relevância no aspecto econômico da Companhia, demonstradas a seguir na Nota 10. Para os demais valores lançados em ajustes, não houve tratamento contábil pela impossibilidade de se retrair o ato a época do erro para proceder a uma retificação nas contas envolvidas, pelo fato inerte dos valores e pela irrelevância da informação no aspecto econômico da Companhia.

Table with 2 columns: Ajustes Positivos and Ajustes Negativos. Rows include Recebimento fatura, Duplicação multa, Pagamento CI S/A, etc.

10. Representação das Demonstrações Contábeis Exercício Anterior
Conforme já citado na nota 8, a Companhia revisou os valores estimados como Contingências Trabalhistas pelo transcurso do tempo, que permitiu à empresa monitorar o destino de determinados tipos de ações, que até então não apresentavam histórico de atendimento.

A mudança na base de avaliação, representa uma mudança de política contábil, em que a forma de avaliação foi alterada em virtude do alteração em princípios base, concepções, regras e práticas específicas aplicadas. Assim, para atender a NBC TG 23 que trata das Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, e Retificação de Erros e para possibilitar a comparabilidade, a Companhia entendeu que os valores referentes a exercícios anteriores deveriam ser devidamente revisados em função dessa nova realidade e, reclassificar os saldos ajustados de 2017, juntamente com as demonstrações de 2018, através de coluna específica para este fim, a qual denominou-se como LÍQUIDO.

Abaixo, descrevem as alterações, que foram necessárias nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, para ajustar o valor da contingência trabalhista e atender a norma contábil de provisionar as 100% dos valores prováveis de perdas em ações:
a) Balanço Patrimonial – ATIVO
No item ATIVO não ocorreu qualquer alteração.
b) Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE
A alteração ocorreu na conta de "Provisão para Contingência" no PASSIVO CIRCULANTE onde existia um valor de R\$4.331.837,81 que foi transferido para o PASSIVO NÃO CIRCULANTE, de mesma denominação, por se tratar de valor com certeza da data do resgate. Houve, também, o lançamento de acréscimo de R\$21.577.788,13 nesta mesma conta do PASSIVO NÃO CIRCULANTE, para apresentar

no saldo final, o valor de 100% da expectativa de perdas prováveis das ações trabalhistas até 2017, que era de R\$51.749.550,80, conforme relatório da assessoria jurídica:

Table with 5 columns: Exercícios, Provisão para Contingências, Passivo Circulante, Provisão Não Circulante, Saldo em 31/12/2018.

d) Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido
Nesta Demonstração, houve alteração em "Ajustes de Exercícios Anteriores".

Table with 5 columns: Exercícios, Saldo Exercício de 2018, Ajustes de Exercícios Anteriores, Ajustes de Exercícios Anteriores 2017, Provisão Líquido do Exercício.

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa
Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2017, mas não houve variação na "Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa". As alterações ocorreram nos itens "Ajustes Provisão Para Contingências Trabalhistas" e em "Ajustes de Exercícios Anteriores".

Table with 5 columns: Exercícios, Provisão Líquido do Exercício, Ajustes de Exercícios Anteriores, Ajustes de Exercícios Anteriores, Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.

ANTONIO RAMOS GOMES DIRETOR-PRESIDENTE
SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHO DIRETOR TÉCNICO
PAULO FERNANDO KAPP DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
ANDRÉA ALVES RIBEIRO CONTADOR CRC-RS 76.011

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

nos não tenha nenhuma situação registrada para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro de alto nível de relevância quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representação falsa intencional.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da empresa, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019.
MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS – 5.460/D – T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.950/O-3 – T – SP
Sócio Responsável Técnico
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC RS – 59.620/O-2
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, art. 183, I e VI, estatutárias, Estatuto Social, art. 42º, tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base nos exames realizados pelos Auditores Independentes da empresa Maciel Auditores, que em sua opinião, exceto pelos possíveis efeitos de assunto tratado no Parecer com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, os aspectos econômicos, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul em 31 de dezembro de 2018, o Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro
Porto Alegre, 22 de março de 2019.
Gerson Luis Cufuneo

>>> Continuação



COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em Reais)



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

1. Contexto Operacional
A PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual nº 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadoras Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Felinas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam aproximadamente 7% da receita total da Companhia.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$355.650.805,95 apresentando um crescimento nominal de R\$34.087.167,89 (11,3%) em relação ao exercício de 2017. O prejuízo do Exercício foi de R\$5.200.554,16 demonstrando um decréscimo em seu prejuízo nominal do R\$383.563,20, representando 6,87% em relação ao prejuízo apurado no exercício de 2017. Entre os fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício estão, o incremento da receita operacional em decorrência do serviço assumido pela Companhia da "Publicação no Diário Oficial do Estado" no final de 2017, tendo uma receita naquele exercício de R\$1.478.470,39, mais que em 2018 totalizou o valor do R\$24.538.425,54 e pela obrigação do diferimento do custo de serviços prestados e que não foram faturados no exercício.

2. Regime Tributário
A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com observância aos preceitos do Art. 177, Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios da contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Das dívidas e obrigações estão em conformidade com seus efeitos valores reais.

Table with 5 columns: Discriminação, Custo, Depreciação Acumulada, Líquido, Depreciação Anual. Rows include Terrenos, Equip. De Produção, Equip. De Arquivo, Imob. em andamento, etc.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.639 de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009).

Table with 5 columns: Discriminação, Custo, Amortização Acumulada, Líquido, Amortização Anual. Rows include Programas de Computador, Direito Usado, etc.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis
(a) Dívidas e Obrigações
São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira com validade prevista em um momento conhecido do caixa e estacionada sujeita a um insignificantíssimo risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, so qualifica como disponibilização quando em vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Abaixo quadro por segmento.

Table with 4 columns: Grupo, 2018, 2017, 2018, 2017. Rows include Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, Créditos em Aberto, etc.

7. Patrimônio Líquido
(a) Capital Social
O capital social subscrito o total integralizado é de R\$115.318.287,64, representado por 524.178.240 ações ordinárias, nominativas, em valor nominal, com o seguinte composição:

Table with 4 columns: Discriminação, Quantidade, Tipo, %

(b) Provisão para Crédito Liquidado Duvidoso
Considerando a expectativa em relação ao nível de perdas, foi constituída a provisão de valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(c) Provisão para Contingências
A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judicial dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda provável para a Companhia. A análise foi feita em dados reais das 599 ações trabalhistas existentes contra a Companhia, até 31/12/2018, totalizando o valor de R\$2.283.226,77 de ações movidas por empregados, em reflexo, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade.

(d) Estoque de Materiais
Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, interior, portanto aos valores do mercado.

(e) Provisão para Impostos e Contribuições
A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos. Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Table with 4 columns: Objeto, Modalidade, Valor Segurado

(f) Depósitos Judiciais
Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado mensalmente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões para Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(g) Investimentos
Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telesbr - Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEC - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR - Companhia Telefônica Melhoramento e Assistência, demonstrados ao custo do aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(h) Imparidade
Essas ações estão registradas ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

(i) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(j) Passivo Circulante e Não Circulante
As demonstrações por demonstrações ou calculavéis, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Neste grupo estão registrados os bens de terceiros, que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos.

(k) Outras Obrigações
Neste item registramos as obrigações de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com o plano de saúde, a contribuição de Renda e Contribuição Social, além dos outros valores repassados a terceiros.

(l) Resultado do Exercício
O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência.

(m) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(n) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(o) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(p) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(q) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(r) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(s) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

PROCERGS

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS
CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE GOVERNANÇA
E GESTÃO ESTRATÉGICA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em Reais)

As Demonstrações Contábeis, por sua relevância no aspecto econômico da Companhia, demonstradas a seguir na Nota 10. Para proceder a uma reconciliação nas contas envolvidas, por efeito material dos valores e pela irrelevância da informação no aspecto econômico...

AJUSTES POSITIVOS:

Resciscimento futura 265201 Secretária da Saúde balçada pelo acordo dezembro/2017	26.814,92
Soma	26.814,92

AJUSTES NEGATIVOS:

Cancelamento futuras de clientes emissão exercícios anteriores	(15.419,40)
Devolução multa contratual Vitor Wilson Wendling processo 18/148-0/00887-9	(1.271.240,71)
Compensação Of S/A Canais e dados em caráter indenizado período 19/04 a 24/04/2017	(14.606,65)
Notas Fiscais 037/2018 Associação Software Livre Hospesa exercício de 2017	(89.766,98)
Valor baixa parte Biocruzeir Judicial e Propriedade Judicial Processo Local Hérica Kwastall liberada à autora outubro/2012	(57.433,72)
Alta Provision Contingências Trabalhista até exercício de 2018	(16.807.263,98)
Alta Provision Contingências Trabalhista exercício de 2017	(4.670.584,15)
Soma	(18.352.255,19)

VALOR RESIDUAL
10. Representação das Demonstrações Contábeis Exercício Anterior

ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHO
DIRETOR TÉCNICO
CPF 394.584.570-15

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul...

Base para Opinião com Ressalva - Limitação dos Saldos Iniciais
A PROCERGS, antes da edição da Lei 13.303/2016 não estava sujeita a obrigatoriedade do submeter as demonstrações contábeis a fins comparativos...

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração do demonstrações contábeis livres de distorção relevante...

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório da Administração...

Cumprindo determinações legais, Lei nº 8.454, de 15/12/1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 42, tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira...

Porto Alegre, 22 de março de 2019.

Edificações Urbanas
CNPJ 87.139.119/0001-28 - NIRE 43300016223
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL - RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019
Data de Abertura: 09 de Abril de 2019. Horário: 09:00 horas Local: Secretária Municipal de Administração...

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, através da Comissão Municipal de Licitações e Contratos...

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019
Para a aquisição de licenças de uso e manutenção de um sistema de informática para a Prefeitura Municipal de Tapes...

Prefeitura Municipal de São João da Urtiga
AVISO DE LICITAÇÃO
ARMANDO DUPONT, Prefeito Municipal de São João da Urtiga, Estado do RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL - RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

Prefeitura Municipal de São João da Urtiga
AVISO DE LICITAÇÃO

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL - RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO

Exercícios	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
31/12/2016	2017	31/12/2016
	0,00	4.331.837,81
	0,00	51.749.550,80
		23.639.924,88

c) Balanço Patrimonial - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo Exercício de 2016	2017	Saldo Acumulado em 31/12/2018
(68.199.153,24)	(58.139.153,24)	(68.199.153,24)
0,00	(6.705.457,13)	0,00
(16.807.263,98)	0,00	(16.807.263,98)
(4.670.584,15)	0,00	(4.670.584,15)
0,00	(6.584.117,36)	0,00
(82.066.515,88)	(70.488.727,37)	(92.066.515,88)

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios	2017	Atalhas
01/01/2018	2017	
(68.199.153,24)	(58.139.153,24)	0,00
(6.705.457,13)	(6.705.457,13)	0,00
(16.807.263,98)	0,00	(16.807.263,98)
(4.670.584,15)	0,00	(4.670.584,15)
(6.584.117,36)	(6.584.117,36)	0,00
(82.066.515,88)	(70.488.727,37)	(92.066.515,88)

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios	2017	Atalhas
01/01/2018	2017	
(68.199.153,24)	(58.139.153,24)	0,00
(6.705.457,13)	(6.705.457,13)	0,00
(16.807.263,98)	0,00	(16.807.263,98)
(4.670.584,15)	0,00	(4.670.584,15)
(6.584.117,36)	(6.584.117,36)	0,00
(82.066.515,88)	(70.488.727,37)	(92.066.515,88)

ANTONIO RAMOS GOMES - DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15
SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHO - DIRETOR TÉCNICO
CPF 394.584.570-15

PAULO FERNANDO KAPP - DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.690-04
ANDRÉ ALVES RIBEIRO - CONTADOR
CPF 688.564.810-20

Opinião com Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul...

Base para Opinião com Ressalva - Limitação dos Saldos Iniciais
A PROCERGS, antes da edição da Lei 13.303/2016 não estava sujeita a obrigatoriedade do submeter as demonstrações contábeis a fins comparativos...

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração do demonstrações contábeis livres de distorção relevante...

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório da Administração...

Cumprindo determinações legais, Lei nº 8.454, de 15/12/1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 42, tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira...

Porto Alegre, 22 de março de 2019.

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL - RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

Prefeitura Municipal de São João da Urtiga
AVISO DE LICITAÇÃO

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL - RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

Prefeitura Municipal de São João da Urtiga
AVISO DE LICITAÇÃO

Edificações Urbanas
ANEXO - Admissão à disposição dos Senhores Administradores...

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL - RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO



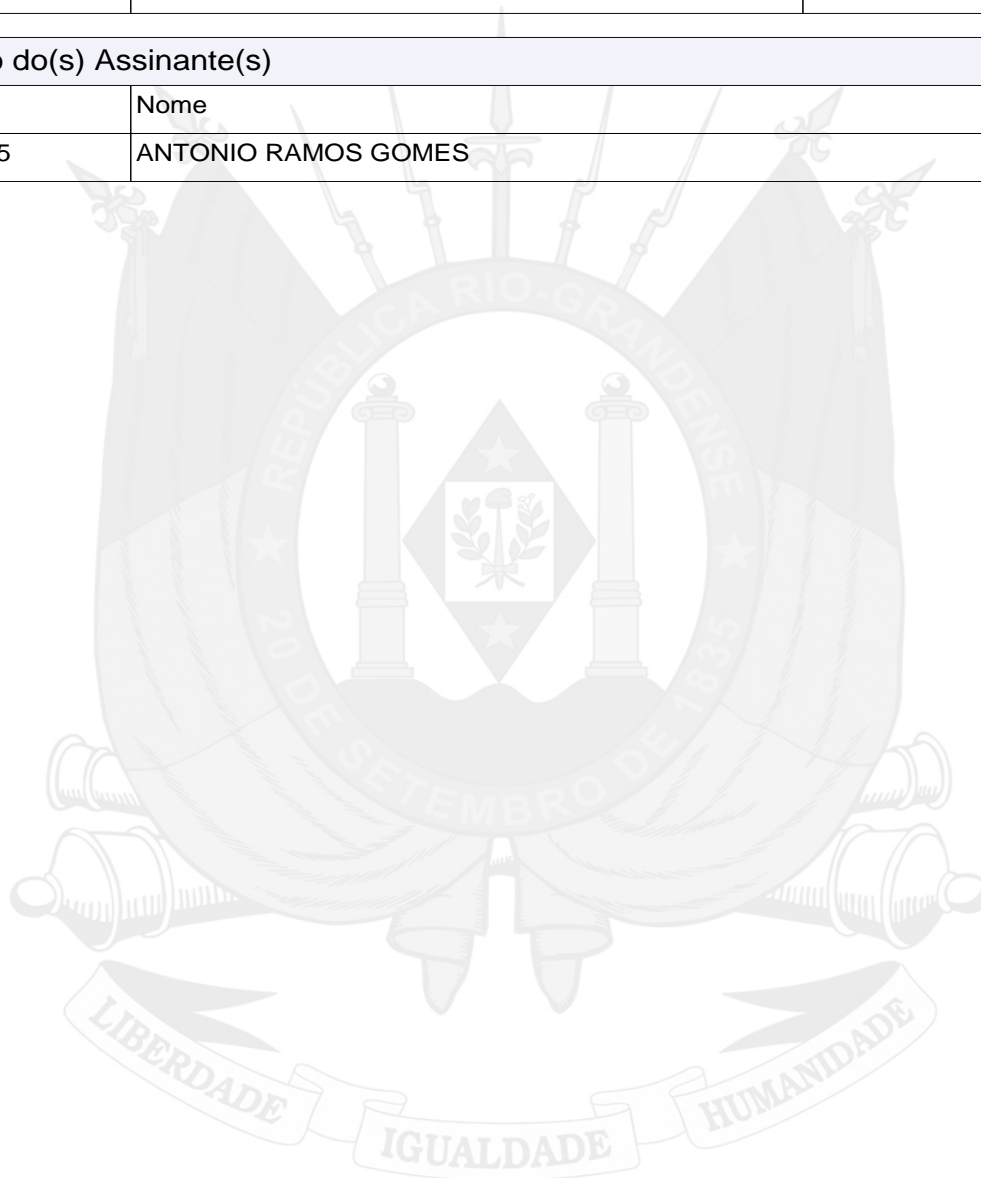
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/172.297-9	RS2201900080595	02/05/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, ANTONIO RAMOS GOMES, BRASILEIRA, SEPARADO JUDICIALMENTE, ANALISTA DE SISTEMAS, DATA DE NASCIMENTO 24/04/1947, RG Nº 7000081575 SSP-RS, CPF 148.333.790-15, RUA MARQUES DO POMBAL, Nº 799, APT 803, BAIRRO MOINHOS DE VENTO, CEP 90540-001, PORTO ALEGRE - RS, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Porto Alegre, 02 de Maio de 2019.

ANTONIO RAMOS GOMES
Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5041668 em 23/05/2019 da Empresa PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Nire 43300020100 e protocolo 191722979 - 17/05/2019. Autenticação: CE9B1CAEBAEDB4153639DC8E348A425C23C782. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/172.297-9 e o código de segurança AQ7M Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 13/15



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, de nire 4330002010-0 e protocolado sob o número 19/172.297-9 em 17/05/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5041668, em 23/05/2019. O ato foi deferido digitalmente pela TURMA 6 DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES
727.637.010-00	IZABEL CHRISTINA COTTA MATTE
348.915.870-91	CLAUDIO LEITE GASTAL
149.304.120-72	JORGE LUIZ COSTA MELO
551.155.940-72	JOSE GUILHERME KLIEMANN
368.401.300-53	JAIME VICENTE BORIN
199.788.390-20	PEDRO RUTHSCHILLING

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
148.333.790-15	ANTONIO RAMOS GOMES

Porto Alegre. Quinta-feira, 23 de Maio de 2019



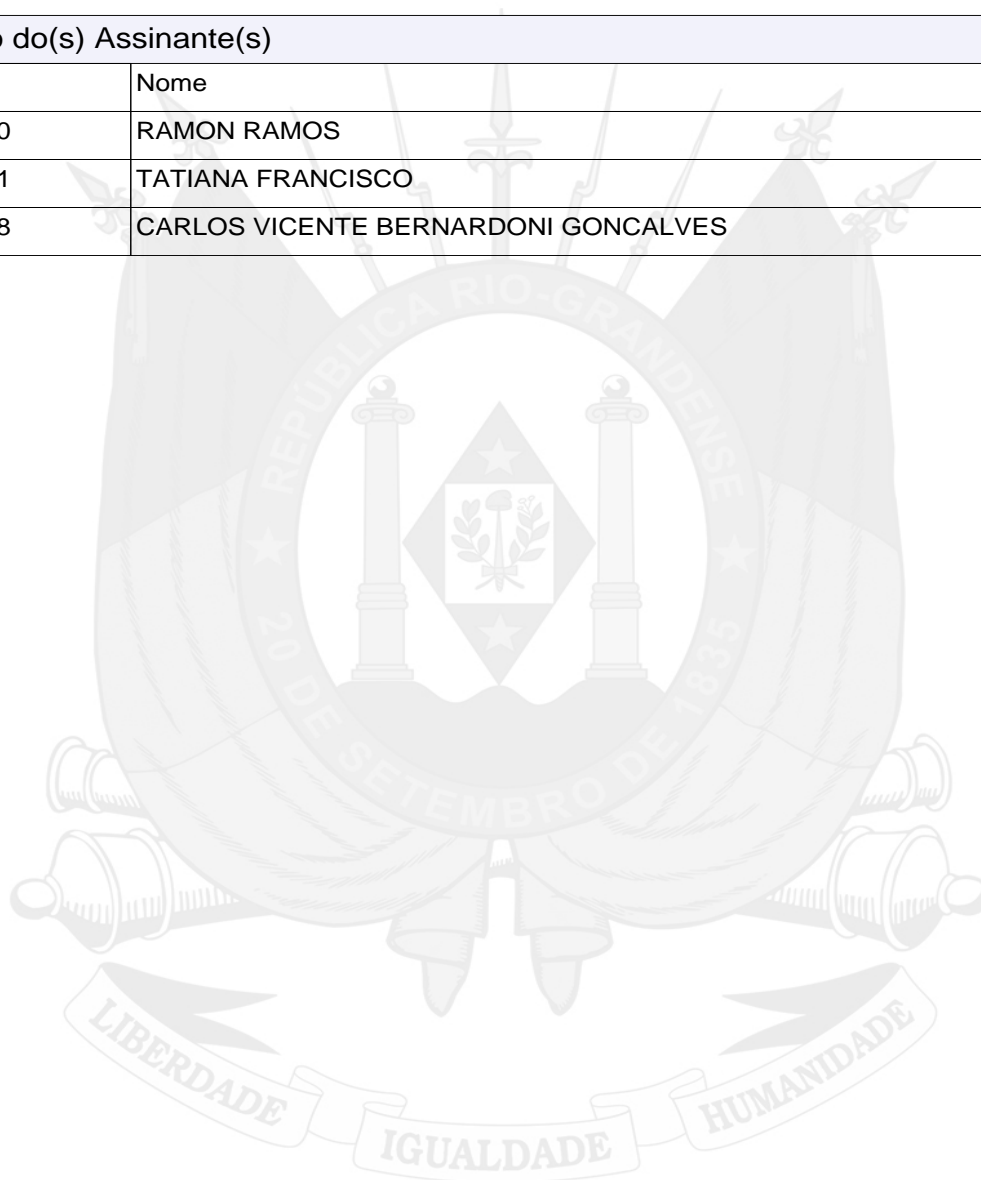


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
931.117.460-20	RAMON RAMOS
787.988.090-91	TATIANA FRANCISCO
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. Quinta-feira, 23 de Maio de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5041668 em 23/05/2019 da Empresa PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Nire 43300020100 e protocolo 191722979 - 17/05/2019. Autenticação: CE9B1CAEBAEDB4153639DC8E348A425C23C782. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/172.297-9 e o código de segurança AQ7M Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 15/15